



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 8144/2016

PROCESSO Nº 5003515-87.2012.4.04.7210

ORIGEM: 1ª VARA FEDERAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

PROCURADOR OFICIANTE: EDSON RESTANHO

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

MATÉRIA: Ação Penal. Importação de 310 cartelas de medicamento RHEUMAZIN FORTE, com 20 comprimidos em cada, de procedência ignorada e sem o registro no órgão de vigilância sanitária competente. O réu foi condenado pela prática do crime previsto no art. 273, § 1º-B, I e V, do CP. Interposição do recurso de apelação. O eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região desclassificou a conduta descrita na denúncia para a prevista no art. 334 do CP (na redação anterior à dada pela Lei nº 13.008/14), e, em seguida, converteu o julgamento em diligência, determinando a remessa dos autos à Vara de origem para manifestação do Ministério Público Federal quanto à possibilidade de oferecimento de suspensão condicional do processo. O il. Procurador da República oficiante deixou de oferecer o benefício, ante a ausência de preenchimento dos requisitos subjetivos. Discordância do MM. Juiz Federal. Remessa dos autos a esta 2ª CCR. Aplicação do art. 28 do CPP. Razão assiste ao il. Procurador da República ao entender que *“a culpabilidade do réu mostra-se exacerbada, ante a potencialidade lesiva da conduta, tendo em vista que centenas ou até milhares de pessoas seriam atingidas com a comercialização dos mais de seis mil comprimidos de RHEUMAZIN importados ilegalmente, caso não tivessem sido apreendidos”*. Insistência na negativa da proposta de suspensão condicional do processo e prosseguimento da ação penal.

**INSISTÊNCIA NA NEGATIVA DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO
CONDICIONAL DO PROCESSO**

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **INSISTE NA NEGATIVA DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO**, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo il. Procurador da República oficiante (fls. 07/08).

Devolvam-se os autos ao Juízo da 1ª Vara Federal de São Miguel do Oeste/SC, para cumprimento, cientificando-se o il. Procurador da República oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 14 de novembro de 2016.

José Bonifácio Borges de Andrada
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR

/VD.